



DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023

RECURSOS HUMANOS

Deliberação n.º 1810/2023 (Processo 90162): Reserva de Recrutamento Interna – Proposta de contratação de 6 Assistentes Operacionais, da área funcional de Apoio Educativo – Departamento de Educação e Saúde | Divisão de Educação

Aprovado o recrutamento de 6 postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal em vigor, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Apoio Educativo, para o Departamento de Educação e Saúde, com recurso à reserva de recrutamento interna constituída para ocupação de idênticos postos de trabalho, na sequência do Procedimento concursal comum, para constituição de reserva de recrutamento para ocupação futura de postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Apoio Educativo, publicado na Bolsa de Emprego Público com o código OE202211/0817.

FINANCEIRO

Deliberação n.º 1812/2023 (Processo 89863): Alteração ao Orçamento n.º 27 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 30/2023)

Tomado conhecimento do despacho do Presidente de 22/11/2023, que aprovou a 27ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 876.667,00€ em anulações no Orçamento da Receita e de 396.195,92€ em reforços e 1.272.862,92€ em anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da CMC, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais.

Deliberação n.º 1813/2023 (Processo 8552): SMTUC – 9ª Alteração ao Orçamento dos SMTUC 2023
Tomado conhecimento do despacho do Presidente, de 15/11/2023, que aprovou, ao abrigo da delegação de competências tomada em reunião do Executivo Municipal de 22 de outubro de 2021, e publicada através do edital n.º 232/2021, a 9ª Alteração ao Orçamento dos SMTUC/2023, no valor de 5.000,00€.

Deliberação n.º 1814/2023 (Processo 88853): Orçamento e GOP 2024 da CMC

Aprovado o “Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024” da Câmara Municipal de Coimbra: em conformidade com a alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º – Competências materiais, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico, no âmbito das competências materiais da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições constantes no SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, no total de 234.102.956 € na Receita e na Despesa, e as GOP no total de 156.729.490 € e enviar à Assembleia Municipal, para análise e votação, no uso da competência prevista na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º – “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Aprovada a Autorização para celebração de Contratos de Delegação de Competências Municipais entre a Câmara Municipal e as Uniãos e Juntas de Freguesia, e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º – “Competências de apreciação e fiscalização”, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Aprovada a Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e enviar à Assembleia Municipal para aprovação em conformidade com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, (alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho; Aprovada a contratação de empréstimos a curto prazo para o ano de 2024 e enviar à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o artigo 50.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro (RFAL-IE) e posteriores alterações, para possibilitar a cobertura de eventuais dificuldades de tesouraria e gestão corrente.

Deliberação n.º 1815/2023 (Processo 66611): SMTUC – Orçamento e GOP 2024 dos SMTUC
Aprovadas as “Grandes Opções do Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para 2024”. Enviadas à Assembleia Municipal para análise e votação.

Deliberação n.º 1816/2023 (Processo 8735): SMTUC – Mapa de Pessoal dos SMTUC para 2024
Aprovado o Mapa de Pessoal dos SMTUC para 2024; Enviado à Assembleia Municipal para análise e votação.

Deliberação n.º 1817/2023 (Processo 90341): Exercício do Direito de Oposição ao Abrigo do Estatuto do Direito de Oposição relativamente à proposta de Orçamento e GOP para 2024 – Relatório Síntese
Tomado conhecimento do Relatório Síntese do Exercício do Direito de Oposição ao abrigo do estatuto do Direito de Oposição relativo à proposta de Orçamento e GOP para 2024. Enviado à Assembleia Municipal para conhecimento.

Deliberação n.º 1818/2023 (Processo 89609): Proposta de atualização das Taxas previstas no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação em função da taxa de inflação
Atualizada a Tabela de Taxas e Compensações Urbanísticas apensa ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Regulamento n.º 381/2017) em função do Índice de Preços no Consumidor verificado pelo Instituto Nacional de Estatística em setembro de 2023 (3,6%), nos termos dos n.os 1, 2 e 5 do artigo 93.º desse Regulamento, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 1819/2023 (Processo 84049): Proposta de Atualização da Tabela Geral de Taxas Municipais e da Tabela Geral de Preços e Tarifas Municipais anexas ao Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais em função da Taxa de Inflação
Atualizada a Tabela Geral de Taxas Municipais e a Tabela Geral de Preços e Tarifas Municipais anexas ao Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021) em função do Índice de Preços no Consumidor verificado pelo Instituto Nacional de Estatística em setembro de 2023 (3,6%), nos termos dos n.os 1 e 2 do artigo 36.º desse Regulamento, com efeitos a 1 de janeiro de 2024.

Deliberação n.º 1820/2023 (Processo 56210): RSMC – Pedido de redução do IMI
Atribuído ao município RSMC, requerente e coproprietário do imóvel com o artigo matricial n.º U-44504 – Fração Autónoma AB, a redução de 10% de IMI, por um período de 5 anos, não renovável, a partir do início do ano seguinte ao do seu

reconhecimento por parte da CMC (entre 2024 e 2028), com o valor da despesa fiscal estimada de €243,99 e comunicar-lhe a respetiva decisão para dar continuidade ao processo de atribuição do benefício fiscal, na Autoridade Tributária e Aduaneira, em cumprimento do disposto no n.º 5.º do Artigo 44.º-B, do EBF.

Deliberação n.º 1821/2023 (Processo 75050): Proposta de abertura de Concurso Público Internacional – Aquisição de serviços de limpeza das instalações municipais, estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde

Contratada e autorizada a respetiva despesa respeitante à aquisição de serviços de limpeza de instalações municipais, estabelecimentos de ensino e estabelecimentos de saúde, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP; Aprovada a abertura de concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, através da plataforma eletrónica VortalGov; Aprovadas as peças procedimentais: caderno de encargos (artigo 42.º do CCP) e programa do concurso (artigo 132.º do CCP). Designado o júri do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 67.º do CCP. Delegado no júri do procedimento, a competência para a prestação de esclarecimentos prevista na alínea a) do n.º 5 e no n.º 7 do artigo 50.º do mesmo diploma; Delegada na Diretora do Departamento Financeiro, a competência para proceder às notificações previstas no Código dos Contratos Públicos; Autorizada a despesa e o pagamento com a publicação do anúncio no Diário da República. Nomeados como gestores do contrato a celebrar na sequência do presente procedimento.

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Deliberação n.º 1822/2023 (Processo 90428): Acordo de Transferência de competências para a Gestão do imóvel 52-FC-458 | SIIIE 22997

Ratificado, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro, o Acordo para a Transferência da Gestão do imóvel sem utilização SG 52-FC-458 | SIIIE 22997-Prédio Urbano, situado na Quinta da Bela Vista à Av. Dr. Elísio de Moura, n.º 8, em Coimbra, com vista à sua posterior cedência à Cáritas Diocesana de Coimbra para promoção e gestão de uma residência de treino de autonomia destinada à infância e adolescência no âmbito da saúde mental.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Deliberação n.º 1823/2023 (Processo 84862): Táxis João Morgado e Filhos, Lda. – Autorização e estacionamento nas zonas de acesso automóvel condicionado

Aprovada, ao abrigo do disposto no n.º 2, do artigo 21.º, do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, a autorização especial de acesso e estacionamento entre as 15H30 e as 16H30 nos dias úteis à rua Ferreira Borges e rua Fernandes Tomás, para a zona de acesso automóvel condicionada à empresa Táxis João Morgado e Filhos, a fim de ir buscar crianças à escola EBI e Jardim de Infância de Almedina, com isenção de taxas que ascenderiam a 190€/ano, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do mesmo regulamento.

Deliberação n.º 1824/2023 (27/11/2023): Correção do valor da comparticipação municipal à CIMJRC referente ao ano de 2021
Aprovada, enquanto Autoridade de Transportes, a transferência para a CIMJRC da comparticipação que cabe ao Município de Coimbra, enquanto membro da Autoridade de Transportes da CIMJRC, no montante de 2.179,82 €, referente à correção do valor da comparticipação municipal do ano de 2021.

Deliberação n.º 1825/2023 (Processo 8947): SMTUC – Subsídio à Exploração – Compensação no Custo Social do Transporte
Aprovada a transferência para os SMTUC de subsídio à exploração no valor de €1.748.500,00 para compensação do custo social de transporte.

Deliberação n.º 1826/2023 (Processo 84664): Medidas excecionais de apoio às famílias para mitigação dos efeitos da inflação – Congelamento do valor dos passes – transferência para os SMTUC | 3.º trimestre de 2023
Aprovada, no âmbito das responsabilidades da Câmara Municipal de Coimbra enquanto Autoridade de Transportes, assumidas através da deliberação da Câmara Municipal n.º 2707/2017 de 20/06/2017, a transferência para os SMTUC, do valor de 52.047,66 euros, para mitigar o custo resultante do congelamento do valor dos passes referente ao 3.º trimestre de 2023, conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 74-A/2022 de 6 de setembro.

Deliberação n.º 1827/2023 (Processo 89426): Celebração do contrato com o operador Transdev Interior S.A. – “Acordo de regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros previstas na autorização provisória e de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador”
Aprovada, enquanto Autoridade de Transportes, a celebração do contrato com o operador Transdev Interior, S.A., nos termos da minuta de contrato aprovada por Deliberação n.º 1633/2023, de 18/09/2023, a qual obteve o acordo prévio do operador e o parecer favorável da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. A celebração do “Acordo de Regulação dos Termos e Condições Relativos à exploração dos Serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros previstas na autorização provisória e de atribuição de compensação por obrigações de Serviço Público”, pressupõe o pagamento do défice de exploração de 2023 (Cláusula 6.ª do Acordo de Regulação), no montante de 701.182,64€ à Transdev Interior, S.A., ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Deliberação n.º 1828/2023 (Processo 89568): Celebração do contrato com o operador ETAC S.A. – “Acordo de regulação dos termos e condições relativos à exploração dos serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros previstas na autorização provisória e de atribuição de compensação por obrigações de serviço público ao operador”
Aprovada, enquanto Autoridade de Transportes, celebrar o contrato com o operador ETAC, nos termos da minuta de contrato aprovada por Deliberação n.º 1633/2023, de 18/09/2023, a qual obteve o acordo prévio do operador e o parecer favorável da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes. A celebração do “Acordo de Regulação dos Termos e Condições Relativos à exploração dos Serviços inerentes às linhas de transporte público de passageiros previstas na autorização provisória e de atribuição de compensação por obrigações de Serviço Público”, pressupõe o pagamento do défice de exploração de 2023 (Cláusula 6.ª do Acordo de Regulação), no montante de 348.781,81€, à ETAC, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.

EDUCAÇÃO

Deliberação n.º 1830/2023 (Processo 86078): Associação de Professores de Biologia e Geologia – Utilização espaços na ES Avelar Brotero – 18 de novembro de 2023
Ratificado o despacho do Presidente, de 17/11/2023, que autorizou a utilização de salas, auditório e pavilhão desportivo da Escola Secundária Avelar Brotero, para realização do Encontro de Professores STEAM, promovido pela Associação de Professores de Biologia e Geologia, dia 18 de novembro, das

08h00 às 19h00 e isentou a referida Associação do pagamento de taxas, no valor de 1.120,00€, conforme previsto no n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021, de 3 de março de 2021), considerando de relevante interesse a realização daquela atividade de no sentido que assume uma nova abordagem no processo de ensino/aprendizagem, vocacionada para a promoção do sucesso educativo e da excelência do currículo dos diferentes graus de ensino. Por outro lado, trará à cidade dezenas de profissionais do setor da educação afirmando Coimbra como espaço que promove e estimula a diversificação dos currículos pedagógicos.

PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA

Deliberação n.º 1831/2023 (Processo 89334): 30.º Aniversário 5.ª Punkada –18 de dezembro de 2023 – Proposta de realização de evento no CSF

Isento, de acordo com o n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021), o pagamento do preço de 4 298,13€ (acrescido de IVA), para a realização do concerto do 30.º aniversário dos 5.ª Punkada, um dos quatro grupos musicais do Departamento de Música da Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra, promovido pela Ormichord Records, Unipessoal Lda., dia 18 de dezembro, no Convento São Francisco, considerando o manifesto e relevante interesse municipal fundamentado nos 30 anos de atividade dos 5.ª Punkada, banda que recorrendo a instrumentos convencionais e outros adaptados, compõe e interpreta temas originais e que tem na sua formação dois elementos com deficiência mental e outras dois elementos com paralisia cerebral.

Deliberação n.º 1832/2023 (Processo 89225): Doação de mural em azulejo pelo Lions Clube de Coimbra
Aceite, com base na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a doação do painel de azulejos com 8,4 x 1,2m a colocar no muro da Rua Dom Pedro de Cristo, nos termos propostos (imagem no processo MGD n.º 64179), tendo em consideração o interesse municipal em incentivar e valorizar as parcerias e iniciativas com diferentes organizações de Coimbra, com agradecimento ao doador.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

Deliberação n.º 1833/2023 (Processo 87124): Portugal – Finlândia – Pedido de utilização do Pavilhão Municipal Multidesportos Mário Mexia, pela Associação de Futebol de Coimbra, de 12 a 16 de dezembro para realizar o jogo de apuramento para o Campeonato do Mundo de 2024

Isenta, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, a Associação de Futebol de Coimbra do pagamento de taxas, no valor de 5.120,00€, pela utilização do Pavilhão Municipal Multidesportos Mário Mexia, de 12 a 16 de dezembro de 2023, para a realização do jogo de apuramento para o Campeonato do Mundo de 2024, entre Portugal e a Finlândia.

Deliberação n.º 1834/2023 (Processo 90074): I Torneio de Lançamentos do CPT Sobral de Ceira – Escola de Atletismo – Centro Popular de Trabalhadores do Sobral de Ceira

Atribuído um apoio financeiro no valor de 3000€ ao Centro Popular de Trabalhadores do Sobral de Ceira, referente ao “I Torneio de Lançamentos do CPT Sobral de Ceira – Escola de Atletismo”, conforme previsto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Este apoio enquadra-se no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, e encontra-se titulado por Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º 99/2023.

Deliberação n.º 1835/2023 (Processo 90209): Proposta de Protocolo com a BREW para a realização da Strong Beers

Aprovada, ao abrigo do disposto nas alíneas o) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a formalização da parceria entre o Município de Coimbra e a BREW! Unipessoal Lda. para a organização da 2.ª edição do Strong Beers – Festival de Inverno, nos termos da minuta de protocolo e que obteve, ainda, a anuência prévia da entidade promotora.

Deliberação n.º 1836/2023 (Processo 89320): 45.ª Corrida S. Silvestre Coimbra – Associação Recreativa Casense

Atribuído um apoio financeiro no valor de 4.000€ à Associação Recreativa Casense, referente à 45.ª Corrida S. Silvestre Coimbra, conforme previsto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Este apoio enquadra-se no n.º 3 do artigo 46.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, e encontra-se titulado por Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo n.º 98/2023.

Deliberação n.º 1837/2023 (Processo 89805): Proposta de cedência da Sala D. Afonso Henriques no Convento São Francisco, com isenção de taxas municipais, para realização da XIV Gala do Desporto Universitário, organizada pela Federação Académica do Desporto Universitário
Ratificado o despacho do Presidente, de 22/11/2023, que isentou a Federação Académica do Desporto Universitário (FADU) do pagamento de taxas no valor de 3.220,00€ previstas no Capítulo IV do Anexo II do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, pela cedência do auditório da Igreja (sala D. Afonso Henriques), para a realização da XIV Gala do Desporto Universitário da FADU, que teve lugar no dia 21 de novembro, das 18h30 às 23h30.

AÇÃO SOCIAL

Deliberação n.º 1829/2023 (Processo 87382): APRE! – Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados – Parecer para requerer a atribuição de utilidade pública

Aprovado, de acordo com a alínea d) do artigo 8.º da Lei-Quadro do estatuto de utilidade pública, aprovada pela Lei n.º 36/21, de 14 de junho, o parecer da Câmara Municipal de Coimbra nos seguintes termos: “A APRE! é uma associação cívica, laica, partidária, sem fins lucrativos e de âmbito nacional. Com sede em Coimbra, atua em várias cidades portuguesas, intervindo no âmbito do apoio à população aposentada e reformada, afirmando-se como parceiro social, contribuindo para a definição de políticas públicas e lutando por um envelhecimento participativo, através do combate à discriminação, isolamento, bem como dos sentimentos de medo e vergonha, promovendo assim uma sociedade mais justa e solidária no conceito de Coimbra e merecendo, por essa razão, todo o apoio e reconhecimento da comunidade municipal. Nestes termos, a utilidade pública da APRE! – Associação de Aposentados Pensionistas e Reformados é incontestável e considerando que preenche os requisitos previstos na Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, está, pois, em condições de ser declarada como instituição de utilidade pública.”

HABITAÇÃO

Deliberação n.º 1838/2023 (Processo 84169): Reabilitação 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote – 1.º Direito – Lote 1 e Lote 2 – Revisão de Preços Provisória n.º 3

Aprovada a 3.ª revisão de preços ordinária provisória da em-

preitada Reabilitação 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote – 1.º Direito – Lote 1 e Lote 2 no valor de 45.668,03€ (s/ IVA), devendo ser deduzidas as importâncias faturadas nas revisões de preços provisórias anteriores, no valor de 38.064,67€ (s/ IVA), sendo o valor líquido a faturar de 7.603,36€ (s/ IVA).

AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO

Deliberação n.º 1839/2023 (Processo 84237): Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano

Submetido a consulta pública escrita o Projeto de Regulamento Municipal de Gestão do Arvoredo em Meio Urbano, dirigida à recolha de sugestões, pelo período de 30 dias úteis, a contar da data de publicação de um aviso no Diário da República, ao abrigo dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, devendo, para tal, ser disponibilizado na página eletrónica oficial do Município de Coimbra, bem como nos locais e publicações de estilo.

Deliberação n.º 1840/2023 (Processo 89575): MetroBus – Preservação e plantação de árvores nas ruas General Humberto Delgado e D. João III

Aprovada a proposta de alteração ao projeto do SMM – trecho que integra a R. General Humberto Delgado e a R. D. João III – com o objetivo central de preservar as árvores de grande porte, aumentar o número de plantações de árvores (+ 20) e área de espaço verde (+700m2). No alçado nascente do Estádio Cidade de Coimbra (R. D. João III) é prevista a criação dos 4 mini bosquetes e de uma floreira contínua a qual se traduz no aumento do nível de permeabilidade do arruamento, enquanto contribui para tornar aquele espaço menos insólito. A floreira integra um caminho pedonal de forma a garantir uma boa integração funcional no espaço envolvente. A solução proposta foi devidamente coordenada com os serviços técnicos da IP e da fiscalização (VHM).

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Deliberação n.º 1841/2023 (Processo 86202): Abertura do procedimento administrativo para elaboração do Regulamento do “Prémio Empreendedorismo no Feminino”

Aprovada a abertura do procedimento administrativo para elaboração do Regulamento Municipal do “Prémio Empreendedorismo no Feminino”, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, no uso das competências conferidas pelas alíneas k) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, na redação em vigor, dando a devida publicação ao início do procedimento, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, com posterior avaliação das sugestões apresentadas pela Senhora Vereadora Regina Bento.

Deliberação n.º 1842/2023 (Processo 77436): Empreitada “Requalificação do espaço público dos Bairros da Rosa, do Ingote e do Ex IGAPHE – 1.ª Fase”

Aprovar: - A Revisão de Preços Definitiva, no valor de 94.462,57€ (s/ IVA incluído), de acordo com os cálculos apresentados, e que atendem às disposições contidas no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, que por ser igual ao valor resultante do cálculo da 1.ª revisão de preços ordinária provisória, já paga, resulta um valor a pagar de 0,00€; - a Conta Final da empreitada, que totaliza o valor de 1.014.408,90€ (s/ IVA incluído), ou seja, 1.075.273,45€ (c/ IVA incluído).

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO URBANISMO

Deliberação n.º 1843/2023 (Processo 89203): IMPORTANTCODE, S.A. – Pedido de licenciamento de operação de loteamento – Rua André de Gouveia – freguesia de Santo António dos Olivais, Coimbra

Deferido o pedido de licenciamento da operação de loteamento, ao abrigo do disposto nos artigos 21.º a 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação; Aprovado, no que respeita a cedência das parcelas/terrenos para floresta pública/parque urbano, numa área de 26 598,13m2, o “modelo de gestão” apresentado e que assenta na repartição proporcional à superfície do pavimento associada a cada lote e a ser assegurada pelos seus proprietários.

Deliberação n.º 1844/2023 (Processo 89764): Carlos Madeira & Filhos, Lda. | Licenciamento de Obras de Edificação – Dispensa de estacionamento –Processo 01/2020/1244

Dispensado o cumprimento da dotação de estacionamento estabelecida no RPDM, permitindo a materialização de 3 lugares públicos em espaço integrado no domínio público, nos termos previstos no n.º 2.2. do anexo I do Regulamento 381/2017 e ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 133.º do Regulamento do PDM.

Deliberação n.º 1845/2023 (Processo 1889): GFCM – Rua de Santo Agostinho – UF de Antuzede e Vil de Matos – Dispensa de estacionamento – Reg. N.º 61363/2023

Dispensada a dotação de 1 lugar de estacionamento público, ao abrigo do previsto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 133.º do PDMC, considerando que a construção se localiza num aglomerado urbano antigo, consolidado, numa zona sem passeios nem baías de estacionamento público formalizado.

Deliberação n.º 1846/2023 (Processo 90159): SRAMPORT Transmissões Mecânicas, Lda. – Marcos da Pedrulha – UF de Eiras e São Paulo de Frades – Dispensa de estacionamento

Dispensada a dotação de 119 lugares de estacionamento privado (o que representa uma redução de 33%) ao abrigo do n.º 2 do artigo 4.º das medidas preventivas no âmbito da suspensão parcial do PDMC, bem como a aprovação do estudo da especialidade apresentado, o qual fundamenta que o número de lugares de estacionamento previstos, face ao tipo de atividades a serem desenvolvidas nas instalações e ao facto de se tratar de uma empresa de construção de componentes de bicicletas, onde se pro move o uso deste modo alternativo de deslocação, são suficientes e por excessivo.

Deliberação n.º 1847/2023 (Processo 85632): Briopul Sociedade de Obras Públicas e Privadas, SA – Pedido de licenciamento de operação de loteamento – Rua do Observatório – UF de Santa Clara e Castelo Viegas

Deferido o pedido de licença da operação de loteamento, que instrui o registo n.º 61301/2023, ao abrigo dos artigos 21.º e 23.º do RJUE. A operação situa-se em terreno em Almas de Freixo, Santa Clara, com a área de 8180,00m2 e prevê a constituição de 4 lotes que se destinam à construção de edifícios de habitação coletiva num total de 44 fogos (19 fogos de tipologia T2 e 25 fogos de tipologia igual ou superior a T3) e uma área remanescente do loteamento com 2.145,75m2, sem capacidade construtiva, a ficar na posse do urbanizador.

Deliberação n.º 1848/2023 (Processo 1812): Setobra, Lda. – Alteração à licença de loteamento – Alvará n.º 626 – Quinta da Maia – Santo António dos Olivais – Reg. N.º 72601/2023

Aprovadas as alterações à licença da operação urbanística de loteamento, titulada pelo alvará n.º 626, ao abrigo do n.º 8 do artigo 27.º do RJUE. As alterações propostas são simples e incidem sobre o espaço público, não afetando os parâmetros urbanísticos licenciados, nem a área de cedência para domínio público, nem os projetos de infraestruturas do loteamento.